

O CONCEITO ESTOICO DE PROVIDÊNCIA E A NOÇÃO DE *OIKONOMIA*, SEGUNDO GIORGIO AGAMBEN

Marcia Rosane Junges¹

RESUMO: O conceito estoico de providência possui nexos com a *oikonomia*, conforme Giorgio Agamben demonstra em *O reino e a glória*. Para esse filósofo, a ideia da providência e o governo para os estoicos se constitui no elo com a moderna noção de economia e governo da vida. Perceber a articulação e, mais especificamente, a fissura entre soberania e governo é crucial para compreendermos a crise da política contemporânea, cujas raízes se encontram na racionalidade *oikonomica* e administrativa oriunda da teologia estoica formalizada pelos Primeiros Padres.

Palavras Chave: Providência. *Oikonomia*. Soberania.

THE CONCEPT OF STOIC PROVIDENCE AND THE NOTION OF *OIKONOMIA*, ACORDING GIORGIO AGAMBEN

ABSTRACT: The concept stoic of providence has connections with *oikonomia*, as Giorgio Agamben shows in the kingdom and glory. For this philosopher, the idea of providence and the government for the Stoics constitutes the link with the modern notion of economy and government life. Realize the joint and, more specifically, the fissure between sovereignty and government is crucial to understand the crisis of contemporary politics, whose roots are in *oikonomica* and administrative rationality arising from the stoic theology formalized by the First Fathers.

Keywords: Providence. *Oikonomia*. Sovereignty.

INTRODUÇÃO

Com este artigo procuramos elucidar as raízes do conceito estoico de providência e seus nexos com a *oikonomia*, retomando a genealogia da economia política realizada por Giorgio Agamben em *O reino e a glória*. Apontaremos como,

¹Doutoranda pelo PPG Filosofia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, RS, orientanda do Prof. Dr. Castor Bartolomé Ruiz; professora tutora nessa instituição. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: mjunges@unisinos.br

conforme o pensador italiano, a ideia da providência e o governo para os estoicos se constitui no elo com a moderna noção de economia e governo da vida. Demonstraremos, também, a articulação entre soberania e governo, na qual encontramos, segundo Agamben, a chave para entendermos a crise que se aprofundana política contemporânea.

Para compreendermos criticamente o vazio das democracias em nosso tempo, o formalismo sem vigor do Estado de direito e a decadência e apequenamento a que estão submetidas a política contemporânea, é preciso investigar a arquitetura das categorias de soberania e governo, que sustentam o alicerce da política moderna, bem como captar a relação entre providência e *oikonomia*. A discussão faz parte da pesquisa em andamento no doutorado em Filosofia da Unisinos, acerca das implicações políticas do pensamento de Agamben e Nietzsche, cuja foco central é a hipótese de esvaziamento da democracia contemporânea, conduzida por uma racionalidade administrativa e econômica que resulta em uma expressão de niilismo político.

Já na abertura de *O reino e a glória*, Agamben explica que a obra se inscreve no rastro das pesquisas iniciadas por “Michel Foucault sobre a genealogia da governamentalidade²”. Sua ideia é “investigar os modos e os motivos pelos quais o poder foi assumindo no Ocidente a forma de uma *oikonomia*, ou seja, de um governo dos homens³” e apontar “como o dispositivo da *oikonomia* trinitária pode constituir um laboratório privilegiado para observar o funcionamento e a articulação [...] da máquina governamental.⁴”

Se em *Estado de exceção* Agamben pontua a dupla estrutura da máquina governamental cindida entre *auktoritas* e *potestas*, em *O reino e a glória* ele mostra como se articulam Reino e Governo no governo do mundo através da coordenação de ambos os princípios. O Reino como poder sem execução efetiva, na figura da *auktoritas*, e o Governo como poder do exercício, assumido pela *potestas*.

Cumprir destacar que as noções de soberania e governo articulam a maquinaria do poder na Modernidade. Demonstrar a origem e genealogia destas categorias que arquitetaram o modo de ser das sociedades modernas é o objetivo

² AGAMBEN, Giorgio. *O reino e a glória*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 9

³ Ibid., p. 9

⁴ Ibid., p. 9

principal de Agamben no conjunto das obras do projeto denominado *Homo Sacer*, do qual *O reino e a glória* é parte integrante e assume papel fundamental ao esmiuçar essa relação. Para o autor, a genealogia da noção de soberania deve ser procurada na teologia política, enquanto a genealogia da noção moderna de governo remonta à teologia *oikonomica*.

SOBERANIA EOIKONOMIA

A problemática da soberania teve vários discursos ao longo da história. Nos discursos clássicos acerca dessa temática fica de fora uma zona obscura de poder, que é a temática do governo. Desde logo, é necessário diferenciarmos o que é soberania do que é governo. A soberania se autolegitima pela auto eficiência. Os dispositivos de governo devem ser produtivos, úteis. A soberania busca princípios gerais. O governo, à diferença da soberania, não reconhece o sujeito, mas o objeto a ser governado, que é a população. Contudo, as técnicas de governo não são contrárias às formas de soberania, e podem ser até mesmo complementares. Na realidade, o que temos é um discurso formal das teorias contratualistas, erigido a partir de princípios básicos e uma prática real que esvazia esses recursos.

De acordo com Agamben, no Livro L da *Metafísica*, de Aristóteles, encontramos o paradigma filosófico da distinção entre Reino, que aqui podemos compreender como soberania, e Governo. Ali o estagirita expõe a sua “teologia”, quando Deus aparece como primeiro motor imóvel. No capítulo seguinte, o décimo, lê-se uma teoria da superioridade do paradigma da transcendência sobre o da imanência⁵. É assim que Alexandre de Afrodísia, filósofo peripatético e autor grego, um dos mais importantes comentadores da obra de Aristóteles e nascido em 170 d. C., encontra na filosofia aristotélica o fundamento para uma teoria da providência divina, conforme explica Agamben:

Sem que isso estivesse entre seus objetivos, Aristóteles legou à política ocidental o paradigma do regime divino do mundo como um sistema duplo, formado, de um lado, por uma *arché* transcendente e, de outro, por uma contribuição conjunta e imanente de ações e de causas segundas⁶.

⁵ Ibid., p. 94

⁶ Ibid., p. 99

Para Agamben, o paradigma da teologia política e o da teologia econômica derivam de uma mesma origem, qual seja: a teologia cristã. Eles são antinômicos, mas profundamente conexos e assim precisam ser compreendidos e problematizados. O paradigma da teologia política fundamenta no único Deus a transcendência do poder soberano, enquanto a teologia econômica substitui essa transcendência pela ideia de uma *oikonomia* enquanto ordem imanente. Do primeiro paradigma vem a filosofia política e a teoria moderna da soberania. Do segundo paradigma se origina a biopolítica moderna até o atual triunfo da economia e do governo sobre qualquer outro aspecto da vida social⁷.

Retomando a obra de Aristóteles, Agamben define que *oikonomia* significa “administração da casa”⁸. O que une as relações “econômicas” dessa casa é um paradigma que pode ser nomeado como gerencial, ou ainda uma administração inteligente das vontades.

A problemática da *oikonomia* foi retomada e introduzida na teologia cristã por diversos autores. Paulo de Tarso utilizou o termo como “*oikonomia* do mistério” para denominar o plano de Deus sobre a história como sendo um mistério que a governa. A questão que Agamben tem em vista em sua pesquisa é saber como, na teologia cristã, se deu uma inversão da expressão paulina até que esta se tornou *oikonomia* do mistério. Ou seja, a *oikonomia* divina, o modo, a técnica como Deus governa o mundo através das causas segundas ou secundárias, e não o plano de Deus em si. Esta será a grande questão dos economistas e dos governantes modernos.

Contudo, será com Hipólito e Tertuliano, no século III d.C., que o termo *oikonomia* deixa de ter somente uma acepção doméstica para designar a articulação trinitária da vida divina. Não se trata, entretanto, de moldar um novo significado,

mas antes na vontade de estabelecer a *oikonomia* como um *terminus technicus* que se manifesta de maneira indireta através de dois dispositivos inequívocos: a referência metalinguística ao termo [...] e a inversão da expressão paulina ‘a economia do mistério’ em ‘mistério da economia’⁹.

Portanto, a terminologia *oikonomia* é essencialmente estoica e corresponde à doutrina dos modos de ser. Tertuliano vale-se da ideia estoica de uma única

⁷ Ibid. p. 13

⁸ Ibid. p.31

⁹ Ibid., p. 49-50

natureza que se articula e distingue em vários graus – da mesma forma que é estoica a ideia de uma distinção que não divide “partes”, mas articula forças e potências: “A heterogeneidade não tem a ver, portanto, com o ser e a ontologia, mas com o agir e a prática. De acordo com um paradigma que marcará profundamente a teologia cristã, a trindade não é uma articulação do ser divino, mas de sua prática.”¹⁰

Agamben menciona que a vinculação entre *oikonomia* e providência terá consequências fundamentais tanto para a cultura medieval, quanto para a moderna. E é a Clemente de Alexandria, nascido em Atenas em 150 d. C., que devemos tributar a contribuição mais original na elaboração do paradigma teológico-econômico, quando ele vincula expressamente a *oikonomia* à providência, ou seja, ao governo do mundo.

O pensador italiano adverte que devemos compreender o nexos estreito entre tais concepções para entendermos “a novidade da teologia cristã com relação à mitologia e à ‘teologia’ pagã”¹¹. A teologia cristã, assinala o filósofo, não é um relato sobre os deuses, mas uma economia e providência, isto é, “atividade de autor-revelação, governo e cuidado do mundo. A divindade articula-se em uma trindade, mas esta não é nem uma ‘teogonia’, nem sequer uma mitologia, e sim uma *oikonomia*, a saber, ao mesmo tempo articulação e administração da vida divina e governo das criaturas”¹².

No mundo pagão a providência havia conseguido ampla difusão por causa da filosofia estoica. Ao unir economia e providência, Clemente de Alexandria, escritor, teólogo, apologista e mitógrafo cristão grego profundamente instruído na filosofia neoplatônica,

inicia o processo que levará a compor progressivamente a dualidade de teologia e economia, entre a natureza de Deus e sua ação histórica. Providência significa que tal fratura, que na teologia cristã corresponde ao dualismo gnóstico entre um Deus ocioso e um demiurgo ativo, é na realidade [...] apenas aparente¹³

A base da preocupação dos Primeiros Padres que elaboraram a doutrina da *oikonomia* era evitar uma recaída ao politeísmo. Hipólito insiste que Deus é uno de

¹⁰ Ibid., p. 55

¹¹ Ibid., p. 61

¹² Ibid., p. 61-62

¹³ Ibid., p. 63

acordo com sua *dynamis* (*ousia*) e triplo somente em sua economia. “O ser divino não é dividido porque a triplicidade de que falam os Padres se situa no plano da *oikonomia*, e não naquela da ontologia”¹⁴, menciona Agamben.

Mas essa cisão tão evitada torna a aparecer como fratura entre Deus e sua ação, ou seja, entre ontologia e *práxis*. Conforme objeta Agamben, “é esse o secreto dualismo que a doutrina da *oikonomia* insinuou no cristianismo, algo como um originário germe gnóstico, que não tem a ver tanto com a cisão entre duas figuras divinas, mas com aquela entre Deus e seu governo do mundo”¹⁵. A unidade clássica do cosmo aristotélico, que repousa na unidade perfeita entre ser e *práxis* é colocada em questão com esse paradigma internalizado pela teologia. Compreende-se que o paradigma econômico e o ontológico são distintos em sua gênese teológica, “e só aos poucos a doutrina da providência e a reflexão moral procurarão lançar uma ponte entre eles, sem nunca consegui-lo plenamente.”¹⁶

A razão mais provável para que os Padres tenham elaborado o paradigma trinitário em termos econômicos, e não políticos é oriunda da identificação aristotélica entre monarquia e economia, compreensão que também se dava na Stoa¹⁷. Como resume Agamben, a raiz gerencial e administrativa da *oikonomia* se mostrou como um *logos*, uma racionalidade peculiar “subtraída a qualquer vínculo externo e uma *práxis* não ancorada em nenhuma necessidade ontológica ou norma pré-construída.”¹⁸

Assim, contra a posição de Carl Schmitt, que classificava a teologia cristã como político-estatal, Agamben percebe-a como econômico-gerencial. O filósofo italiano compreende que nesse significado genuinamente governamental o paradigma impolítico da economia demonstra suas implicações políticas. Assim, a fratura entre teologia e *oikonomia*, ou seja, entre ser e ação, torna a *práxis* livre e anárquica, abrindo possibilidade e necessidade de seu governo. Tal cisão demonstra e nos ajuda a compreender que a ação política não está fundamentada no ser, mas no agir, e isso descortina pistas para captarmos a lógica administrativa que permeia a política.

¹⁴ Ibid., p. 67

¹⁵ Ibid., p. 67

¹⁶ Ibid., p.68

¹⁷ Ibid., p. 57

¹⁸ Ibid., p. 80

Como estamos demonstrando, a política atual têm suas raízes na racionalidade oikonomica e administrativa oriunda da teologia estoica formalizada pelos Primeiros Padres. Nas palavras de Agamben,

em um momento histórico que deixa à vista uma crise radical dos conceitos clássicos, tanto ontológicos quanto políticos, a harmonia entre o princípio transcendente e eterno e a ordem imanente do cosmo acaba rompida, e o problema do 'governo' do mundo e de sua legitimação torna-se, em todos os sentidos, o problema político decisivo.¹⁹

PROVIDÊNCIA

Agamben afirma que o governo só se torna possível caso Reino e Governo forem correlatos em uma máquina bipolar: é isso que resulta especificamente da coordenação e da articulação da providência geral e da providência especial.

O filósofo relata que a primeira aparição da máquina providencial se dá na obra *Peri pronoias*, ou *Sobre a providência*, de Crisipo, filósofo grego nascido em 280 a.C. e responsável pela sistematização e divulgação das doutrinas do estoicismo. Nesse escrito se apresenta uma conjunção estratégica de dois problemas só em aparência distintos: a origem e a justificação do mal e o governo do mundo. Tal conexão é a grande herança de Crisipo para a filosofia e a teologia pagã.

No estoicismo, fonte do conceito de providência, este aparece entrelaçado ao problema do destino. É quando Plutarco insere a doutrina da providência, que segundo Agamben nada mais é do que uma “formulação mais rigorosa de sua teoria do destino”²⁰. A partir disso, refletimos que as modernas técnicas de governo se valem não de uma ordem predeterminada, mas da chance de gerir e calcular a desordem, de governar com uma peculiar racionalidade gerencial e econômica, algo que tem se aprofundado com o advento do neoliberalismo e da globalização dos mercados financeiros²¹. Gerir a contingência, mantendo-a dentro do funcionamento adequado da maquinaria biopolítica, se torna cada vez mais fundamental para um governo que queira se legitimar em seu funcionamento cotidiano, nas técnicas de controle e execução dos dispositivos de governo da vida.

¹⁹ Ibid., p. 81

²⁰ Ibid., p. 137

²¹ Ibid., p. 140

O texto que estabelece o nexa entre o dispositivo da providência-destino é *A consolação da Filosofia*, de Boécio. “Providência e destino, transcendência e imanência, que já em Plutarco e em Proclo formavam um sistema de duas faces, agora são articulados entre si para construir uma perfeita máquina de governo do mundo”²². Assim, esclarece Agamben,

providência e destino aparecem aqui como dois poderes hierarquicamente coordenados, em que uma decisão soberana determina os princípios gerais do ordenamento do cosmo, confiando depois sua administração e execução a um poder subordinado, mas autônomo²³

Disso, continua o pensador, advém o caráter fatal e milagroso

que parece revestir as ações de governo. Dado que o soberano transcendente conhece e decide o que o destino obriga depois na conexão imanente das causas, para aquele que está imerso nelas, o destino – isto é, o governo – aparece como um milagre majestoso e impenetrável.²⁴

Portanto, podemos dizer que a ruptura entre ser e práxis inserida em Deus pela *oikonomia* opera como uma máquina de governo²⁵. Conforme Agamben, a estrutura “gnóstica” que a *oikonomia* teológica oferece como legado à governamentalidade moderna tem sua culminância no “paradigma de governo do mundo que as grandes potências ocidentais [...] procuram realizar hoje em escala local e global”²⁶, referindo-se textualmente aos EUA. Nesse sentido, podemos compreender que o paradigma econômico-providencial seja aquele do governo democrático, enquanto o teológico-político é o paradigma do absolutismo²⁷.

Para Agamben, o elemento decisivo é a *oikonomia* como o governo dos homens e das coisas: “A vocação econômico-governamental das democracias contemporâneas não é um acidente de percurso, mas parte integrante da herança teológica de que são depositárias.”²⁸ A fissura entre soberania e governo, que a Teologia demonstrou, é a mesma fissura da política ocidental moderna. Essa é a chave hermenêutica que podemos utilizar para compreender de modo crítico os

²² Ibid., p. 143

²³ Ibid., p. 145

²⁴ Ibid., p. 145

²⁵ Ibid., p. 151

²⁶ Ibid., p. 157

²⁷ Ibid., p. 159

²⁸ Ibid., p. 159

dispositivos de governo e soberania. A herança política que daí advém é a pura operatividade e mero funcionamento dos dispositivos de regulação.

Essa percepção de que a Teologia é o saber que fundamenta muitas instituições e dispositivos políticos modernos já havia sido formulada por Walter Benjamin em sua tese *Sobre o conceito de história*. Nesse escrito ele problematizava que, apesar de ser considerada um “anão feio e corcunda” sob o ponto de vista da racionalidade moderna, a Teologia continha um potencial político inusitado e não reconhecido. É na raiz teológica que repousam elementos da fundamentação política importantes para analisarmos os sintomas de esvaziamento de sentido da democracia em inúmeros países, a racionalidade gerencial, a cooptação pelo poder das corporações e a hegemonia da economia sobre a política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que tais elementos analisados acerca da providência e do governo para os estoicos, relacionados com a noção moderna de economia e governo da vida, nos oferecem pistas iniciais para compreendermos aquilo que entendemos como o esvaziamento das democracias na contemporaneidade, no governo como governo dos outros através de uma racionalidade tipificada pelo cálculo, por resultados e utilidade. A fratura detectada entre teologia e *oikonomia*, em outras palavras, entre ser e agir, é a explicação de Agamben para a *práxis* livre e anárquica. A ação política resultante de tal configuração tem sua fundamentação, portanto, não no ser, mas no agir. Como sugerimos acima, tal é a lógica administrativa que permeia a política ocidental.

Agamben não apresenta soluções ou proposições a serem seguidas, senão formula uma crítica e diagnóstico contundentes aos modelos político e econômico vigentes. Por outro lado, esse pensador formula categorias intrigantes como a profanação, a criação de formas-de-vida e a política que vem, que podem se configurar como possíveis alternativas de ruptura à vida capturada pelos mais diversos dispositivos num tempo marcado pela sensação de liberdade, confundida,

em grande medida, com uma “inclusão” que é dada através do crédito, consumo e endividamento²⁹, ou mesmo do empoderamento e entificação do mercado neoliberal.

Nesse caso, importa tecer alguns comentários acerca da política que vem, que pode ser compreendida como possibilidade de não ficarmos obrigados a fazer algo, numa relação entre ontologia e práxis. Tal política tem que estar vinculada à possibilidade de agir de maneira diferente, ou mesmo de não fazer agir, de tornar inoperantes certos dispositivos, porquanto tributária à “potência do não” aristotélica.

Em *A potência do pensamento*, Agamben escreve que Aristóteles opõe e também liga a potência (*dynamis*) e o ato (*energeia*), “e essa oposição, que atravessa tanto sua metafísica como sua física, foi transmitida por ele como herança, primeiro à filosofia e depois à ciência medieval e moderna.”³⁰ Além disso, a essa potência se deve relacionar sempre a impotência (*adynamia*), ou seja, “que todo poder fazer seja também desde sempre um poder não fazer”³¹.

Tal contribuição “é decisiva da teoria da potência que Aristóteles desenvolve no Livro IX da Metafísica.”³² Portanto, o ser humano é o único ser que pode sua impotência: tanto pode realizar determinado ato, quando pode querer e decidir não fazê-lo. Ao passo que o fogo pode somente queimar, e os demais seres possam apenas realizar aquilo que possuem como potência específica, “o homem é o animal que pode a sua própria impotência”³³.

Em inúmeras ocasiões Agamben retoma a potência do não em seus escritos. Em *Bartleby, ou da contingência*, examina o personagem emblemático de Hermann Melville, o escrevente que “prefere não” escrever e copiar. “O escriba que não escreve (do qual Bartleby é a última e extrema figura) é a potência perfeita, que apenas um nada separa agora do ato de criação”³⁴, argumenta. Ao negar-se a realizar inúmeras tarefas, Bartleby personifica a potência do não, o “preferir não” fazer algo, a absoluta potência, uma vez que pode escrever, mas pode querer não realiza-lo. Nessa lógica, Agamben adverte que “uma experiência da potência como

²⁹RUIZ. *A dívida como dispositivo biopolítico de governo da vida humana*, s/p.

³⁰AGAMBEN, Giorgio. *A potência do pensamento. Ensaios e conferências*. Trad. António Guerreiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2015a, p. 243.

³¹AGAMBEN, Giorgio. *Nudez*. Trad. Davi Pessoa Carneiro: Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 71

³²Ibid., p. 71

³³Ibid., p. 72

³⁴AGAMBEN, Giorgio. *Bartleby, ou da contingência*. Trad. Vinícius Honesko, Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 18

tal é possível apenas se a potência for sempre também potência de não (fazer ou pensar algo), se a tabuleta para escrever pode não ser escrita”³⁵.

A partir dessa reflexão, nos interessa o debate que se abre acerca de alternativas à administração e governo da vida humana através da racionalidade *oikonomica*, em busca de rupturas à hegemonia da economia sobre uma política niilista, reativa e apequenada, como Nietzsche já constatava no final do século XIX referindo-se à democracia liberal, que considerava a transposição política do cristianismo paulino. Desativar esses dispositivos que esvaziam a *polis* com um discurso oriundo da *oikos* é o grande desafio que se descortina em nosso tempo. Tal é o desafio da política que vem, cuja potência do não temos, aberta à possibilidade da inoperância, de desativar as programações de um tipo de racionalidade que tem na utilidade e na efetividade suas maiores justificativas.

Assim, seguindo os passos de ambos os filósofos ao longo de nossa pesquisa de doutorado, se descortina a importância de empreendermos uma profunda crítica ao conceito de cultura e refletirmos acerca da categoria da potência do não e da profanação na política, tendo no horizonte as raízes da articulação entre soberania e governo como constitutivas da maquinaria biopolítica da modernidade, reconhecendo a genealogia da noção moderna de governo, que remonta à teologia *oikonomica*.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **A potência do pensamento**. Ensaios e conferências. Trad. António Guerreiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2015a.

_____. **Bartleby, ou da contingência**. Trad. Vinícius Honesko. Belo Horizonte: Autêntica, 2015b.

_____. **Estado de exceção**. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004a.

_____. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Trad. Henrique Burigo. 2.ed. Belo Horizonte: UFMG, 2004b.

_____. **Meios sem fim**. Notas sobre a política. Trad. Davi Pessoa. Belo Horizonte: Autêntica, 2015c.

³⁵Ibid., p. 21

_____. **Nudez**. Trad. Davi Pessoa Carneiro: Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

_____. **O reino e a glória**. Trad. Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Profanações**. Trad. Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. 2.ed. São Paulo: Edipro, 2012.

RUIZ, Castor Marí Martin Bartolomé. A dívida como dispositivo biopolítico de governo da vida humana. Entrevista concedida a Márcia Junges e Andriolli Costa. São Leopoldo: **Revista IHU On-Line**, ed. 454, 15 set. 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/Xv9G8s>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

Artigo recebido em: 02/12/2015

Artigo aprovado em: 04/12/2015